

# O processo de participação e a Educação Popular na Economia Solidária: o caso do Projeto Esperança/Coesperança

Participation and popular education in solidarity economy: The case of the *Esperança/Coesperança* Project

Gabriel Murad Velloso Ferreira<sup>1</sup>  
gabriel@ufsm.br

Gustavo Fontinelli Rossés<sup>1</sup>  
gustavo@politecnico.ufsm.br

Lúcia Rejane da Rosa Gama Madruga<sup>1</sup>  
lucia.rejane@hotmail.com

Vanessa dos Santos<sup>1</sup>  
vanessa13\_medeiros@yahoo.com.br

---

**Resumo.** Este trabalho objetivou identificar a metodologia de participação predominante no Projeto Esperança/Coesperança, conforme o modelo proposto por Pretty *et al.* (1997), bem como conhecer o processo de Educação Popular no Projeto. O foco do estudo se deu no setor de hortifrutigranjeiros do Feirão Colonial, que é composto por 15 grupos de produtores rurais. Os principais resultados apontaram que, embora o grupo apresente características de outros modelos participativos, como passivo e consultivo, tem predominância do modelo de participação funcional, pois os agricultores participam formando grupos para atender objetivos predeterminados. Em se tratando de Educação Popular, o educador no Projeto tende a ser do tipo mais condutor, pois, mesmo existindo espaços para que participantes e coordenação possam interagir e refletir coletivamente, algumas decisões são centralizadas.

**Palavras-chave:** Economia Solidária, participação, Educação Popular.

**Abstract.** This study aimed to identify the predominant methodology of participation in the *Esperança/Coesperança* Project, according to the model proposed by Pretty *et al.* (1997), as well as to get to know the process of popular education in that project. The focus of the study was on the horticultural sector of a weekly market ("Feirão Colonial") composed of 15 groups of farmers. The main results showed that although the group has characteristics of other participatory models, such as consultative and consultative, the functional participation model is predominant, for the farmers participate by forming groups to meet predetermined objectives. In terms of popular education, the educator in the project tends to be more of a conductive type, because although there are spaces for participants and the coordination to interact and reflect collectively, some decisions are centralized.

**Keywords:** Solidarity Economy, participation, Popular Education.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil.

## Introdução

Para se inserir nos mercados e resistir às desigualdades geradas pelo mundo contemporâneo, os setores populares têm desenvolvido diversas iniciativas de geração de trabalho e renda, como cooperativas e associações. Com isso, para analisar as relações econômico-sociais, recorre-se ao conceito de economia popular. Essa economia normalmente surge nos setores marginais da população, para garantir sua subsistência e suprir suas necessidades econômicas. Segundo Tiriba (2004), tendo em conta que a reprodução ampliada da vida requer dos setores populares a criação de múltiplas estratégias de trabalho e de sobrevivência, acredita-se que, além dos desempregados, participam do mundo da economia popular os trabalhadores e trabalhadoras que permanecem de forma mais precária no mercado de trabalho.

Esse conceito ajuda a entender que há, mesmo dentro de uma economia global capitalista, outras formas de produção, como é o caso da economia solidária, que é baseada nas relações de cooperação, trabalho associado e autogestão, tendo como valor central a solidariedade. Ressalta-se que a economia solidária não é iniciada necessariamente pelas camadas populares da sociedade, pois, como afirma Silva (2007), nem toda economia popular é solidária e nem toda economia solidária é popular, como acontece com as ações de geração de trabalho e renda voltadas à satisfação de interesses individuais. A interação entre economia popular e economia solidária remete à economia popular solidária, que é voltada para os setores desprovidos da população e se sustenta nos princípios da autogestão e do cooperativismo.

Segundo Melo Neto (2006), normalmente essa economia é conduzida por uma metodologia que precisa abranger aspectos de gestão de empreendimento e participação dos atores, para que assim exercitem a autogestão. No entanto, muitas vezes o grande problema das cooperativas e associações é a participação. Sabe-se que a questão da participação é de grande importância, pois significa envolver-se com todas as fases da tarefa, para que assim estes atores possam ter um acesso ao poder e, através dele, melhorar os padrões de vida (Castellón e Viachica, 2001).

Existem classificações dos tipos de participação em grupos, com o intuito de diferenciar seus objetivos e mostrar como ocorrem. Pretty

*et al.* (1997) desdobram os tipos de participação em sete modelos. Estes modelos vão da participação passiva, na qual as pessoas apenas recebem informações, até a participação por autogestão, na qual o público toma iniciativas próprias. Thornton e Cimadevilla (2010) mencionam que na autogestão há a participação direta da população na tomada de decisões em todas as instâncias do poder.

Sabe-se que, em muitos casos, os agentes do grupo têm grande dificuldade em participar, inteirar-se e promover a autogestão. Essa dificuldade se deve ao despreparo desses agentes, que, justamente, por estarem nos setores marginalizados da população, não possuem um incentivo educacional, alguém que os prepare para, a partir de uma realidade, buscar suprir suas necessidades. Por outro lado, há casos em que a dificuldade está no espaço para a participação, ou seja, falta de espaço para colocar em pauta as necessidades do grupo, na visão dos integrantes. Nesse sentido, o que dificulta é alguém que impede que o grupo, com a participação de todos, promova a autogestão. Nesse contexto, insere-se a educação popular.

A educação popular é um sistema de ensino e aprendizagem, com uma pedagogia que incentive a participação e estimule as transformações sociais e desejos de liberdade, justiça e igualdade. Ela está vinculada não apenas à produção de conhecimento, mas também à vida dos atores que com ela assumem o compromisso de transformação da sociedade em prol do bem-viver coletivo (Silva, 2007).

Em uma economia popular solidária, a participação dos agentes é algo necessário; afinal, todas as decisões tomadas afetarão os membros do grupo. Logo, todos devem estar a par das discussões sobre o que será feito e incluídos nas discussões e decisões. De acordo com Tiriba (2007), a perspectiva que se busca com a educação dos trabalhadores é que se vá mais além das necessidades do mercado capitalista, que os integrantes das camadas marginalizadas da sociedade possam participar, mesmo que com pequena influência, na economia do país.

Neste contexto, destaca-se o Projeto Esperança/Cooesperança. A Cooesperança é uma cooperativa mista de pequenos produtores rurais e urbanos vinculados ao Projeto Esperança. Tem como função articular os grupos de produtores e viabilizar a comercialização direta dos produtos produzidos. Seu objetivo é propor um modelo alternativo de cooperativismo (Cooesperança, 2011).

O Projeto está alicerçado na Economia Popular Solidária e visa a melhorar a qualidade dos produtos a partir de uma produção ecológica. Sendo assim, enfatiza o trabalho cooperativo, autogestionário, gestão participativa e transformadora, com o objetivo de propor uma nova economia, que valoriza o ser humano e o trabalho acima do capital. Um dos braços do Projeto é o Feirão Colonial, que ocorre aos sábados e tem como objetivo, na região central do Rio Grande do Sul, desenvolver a agricultura familiar. Ressalta-se que a comercialização direta entre produtor e consumidor tem como finalidade criar uma relação de confiança mútua e solidária, por meio do encurtamento da cadeia de produção e, conseqüentemente, o aumento da renda das famílias participantes do Projeto (Cooesperança, 2011).

Este Projeto iniciou em 1987, tendo uma Organização Não Governamental (ONG) como instituição idealizadora: a Arquidiocese de Santa Maria (RS), integrada com a Cáritas Regional (RS). O Projeto conta historicamente com a intervenção do Estado e de ONGs no sentido de aporte de recursos financeiros. No plano nacional, destacam-se projetos vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e emendas parlamentares. Vale salientar também a existência de apoios financeiros provenientes do Governo Estadual por meio da Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), bem como de contrapartidas da Prefeitura Municipal de Santa Maria.

Destaca-se que, segundo Cooesperança (2011), o Projeto como um todo abrange 34 municípios da região central do Rio Grande do Sul (território da cidadania), envolvendo cerca de 250 grupos organizados rurais e urbanos de diversos segmentos, o que beneficia diretamente algo em torno de 5 mil famílias.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo identificar a metodologia de participação predominante no Projeto Esperança/Cooesperança, conforme o modelo proposto por Pretty *et al.* (1997), bem como conhecer o processo de educação popular no Projeto. Esta proposta foi instigada pelo fato de se tratar de um projeto alicerçado na economia solidária e que tem uma ONG que desempenha o papel de coordenação/facilitação. A intenção é aprofundar o conhecimento da metodologia de trabalho utilizada pela ONG para o desenvolvimento da autogestão e participação, que são necessárias nesta modalidade de empreendimento.

Acredita-se que, ao se aprofundar o entendimento da forma de participação e do processo de educação popular adotado no Projeto Esperança/Cooesperança, mais especificamente no Feirão Colonial, poder-se-á contribuir com a discussão acadêmica sobre as metodologias participativas e educação popular no contexto da economia solidária, à medida que se possibilitará maior conhecimento de um caso específico que vem sendo atendido ao longo do tempo com recursos públicos. Além disso, o trabalho discute elementos que poderão auxiliar no avanço das metodologias adotadas no caso estudado.

## Referencial teórico

### *Economia Popular Solidária*

A busca por geração de trabalho e renda tem motivado os setores populares a constituírem empresas autogeridas diversas, as quais possuem uma racionalidade econômica diferente da racionalidade do capital (Silva, 2007; Tiriba, 2007).

Essas empresas, muitas vezes, surgem do esforço de organização dos próprios trabalhadores manifestando as suas formas de sobrevivência e de enfrentamento das estruturas de um sistema que descuida das suas condições de existência (Bezerra, 2006). De acordo com Tiriba (2007), é buscando fortalecer as iniciativas associativas da economia popular que hoje se constrói e se fortalece, em nível nacional e internacional, o movimento por uma economia popular solidária. Devido ao grau de exploração e exclusão do modo de produção capitalista, a classe trabalhadora organiza suas relações sociais e de produção em torno da economia popular solidária, economia esta que apresenta um caminho de grandes possibilidades. Afinal, é um movimento que busca alternativas para o modelo dominante da economia.

No entanto, é muito importante que não sejam confundidos conceitos como economia popular, economia solidária e economia popular solidária. De acordo com Razeto (1993), a economia popular pode ser associada à aparição e expansão de pequenas atividades produtivas no interior dos setores marginais, com o objetivo de garantir sua subsistência e suprir as necessidades econômicas. Para Icaza e Tiriba (2003), entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares

no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação das necessidades básicas materiais e imateriais.

Segundo Silva (2007), a economia solidária, de modo geral, refere-se a práticas de produção, comercialização, serviço e consumo nas quais o valor central é a solidariedade. Sendo assim, pode ser considerada uma alternativa que está inserida no sistema capitalista, que possui ênfase no capital e na produção individual. Essa economia é gerenciada pela coletividade dos meios de produção, autogestão, cooperação e trabalho associado. Com isso, segundo Gaiger (2006), esse caráter coletivo minimiza as relações assalariadas e provoca o envolvimento com os problemas da comunidade.

A economia popular solidária é a interação entre as outras duas já citadas. São atividades econômicas com origem nos setores populares, desprovidos da sociedade e comprometidas com os interesses coletivos. De acordo com Silva (2007), essa economia está vinculada aos princípios da autogestão e do cooperativismo. Essas iniciativas, designadas solidárias, assumem em dose variável um caráter coletivo na gestão, na posse dos meios de produção e no processo de trabalho, minimizando a presença de relações assalariadas e provocando o envolvimento com os problemas da comunidade e com as questões da cidadania (Gaiger, 2006).

Suas principais características são: valorização social do trabalho humano, satisfação das necessidades cotidianas dos trabalhadores de forma autossustentável, redes de comércio a preço justo, intercâmbio respeitoso com a natureza. Outra característica importante são as Cadeias Produtivas Solidárias, ou seja, redes de agentes que se apoiam e se completam, centrando-se, especialmente, na formação de cooperativas de trabalho e de produção e de associações de trabalhadores, nas quais se busca a autogestão (Leite, 2009).

De acordo com Melo Neto (2006), o processo de construção de empreendimentos para a autogestão e economia popular solidária vem sendo conduzido por uma metodologia que engloba uma visão de mundo com valores éticos e morais específicos. Metodologia essa que precisa abranger aspectos de gestão do empreendimento e participação dos atores, que motive as pessoas para que possam alcançar o sucesso de suas iniciativas econômicas. Segundo o autor, essa metodologia deve apontar para práticas plenas de exercícios teóricos, fazendo com que ocorra o entendimento das

transformações tanto no campo político, como no econômico, social e cultural. Nesse contexto, merece destaque a educação popular, elemento central para o desenvolvimento da participação e da autogestão, conforme será abordado abaixo.

### *Educação Popular*

A educação popular é tida como um fenômeno de produção e apropriação dos produtos culturais pelo trabalho. Expressada por um sistema aberto de ensino e aprendizagem, composto por uma teoria com referência na realidade, com uma pedagogia que incentive a participação, uma base que estimula transformações sociais está orientada por desejos de liberdade, justiça, felicidade e igualdade. Tiriba (2007), em seus estudos sobre Educação Popular e Pedagogia da Produção Associada, cita que é necessário considerar três premissas teórico-práticas para os fundamentos dessa pedagogia.

A primeira é que, visando a ganhar o pão de cada dia, o trabalho torne-se não apenas um princípio educativo, mas também um fim educativo. A segunda premissa é que, conforme os atores aprendem os conhecimentos específicos para a produção dos bens, aprendem também valores necessários para o estabelecimento de certas relações de produção. Segundo Tiriba (2007), mediante a prática, os seres humanos constroem a realidade humano-social. A terceira premissa é que uma economia se torna solidária quando os demais fatores de produção são determinados pelo trabalho e pela comunidade, e não o contrário.

Os processos educativos inseridos no desenvolvimento de empreendimentos solidários populares conduzem para a conquista de valores éticos e morais e fundamentam um instrumento de combate à exclusão social (Melo Neto, 2006). De acordo com Tiriba (2007), os processos pedagógicos se constituem como um elemento da cultura do trabalho, mediante as condições objetivas e subjetivas do processo produtivo.

Segundo Silva (2007), a Educação Popular é uma expressão derivada da pedagogia de Paulo Freire. Influenciada pela ideologia socialista, define-se como “educação feita para o povo e com o povo”, respeitando e interagindo de acordo com a realidade sócio-econômica. Na visão de Freire (2000), a Educação Popular é a capacidade que a comunidade tem de se organizar e se estruturar para assunção educacional.

O objetivo das ações da Educação Popular é contribuir para que os grupos sociais deixem da condição de parcela manipulada pela elite social. Sendo, dentro das organizações, agentes transformadores da sua própria condição econômica, política, social e cultural (Mance, 2000).

No entanto, há a educação que se diz “popular”. Esta promove através de técnicas discretas o silêncio nas mentes das classes despossuídas da sociedade, roubando-lhes a sua capacidade de indignação. A condição de aprender terá maior adequação ao expressar a relação do humano com o mundo. Este é o ponto de partida para uma educação que se pautar nos interesses dos participantes dos empreendimentos solidários populares, considerando que o trabalho é a sua existência.

De acordo com Melo Neto (2006), popular é quando determinada ação arrasta consigo um procedimento que incentive a participação. Silva (2007), em seus estudos de gestão coletiva com um grupo de trabalhadores, observou que a participação dos trabalhadores ocorre principalmente nas decisões cotidianas. Como, por exemplo, decisão sobre destino das sobras, acesso aos registros e informações do empreendimento, eleição da diretoria, entre outros. Os trabalhadores também discutem em reuniões a escolha da direção e admissão de novos participantes. Logo, a Educação Popular não pode ser uma ação que decorra do mando e obediência, através da opressão. E, sim, que faça com que os participantes literalmente participem, interajam com os assuntos de seus interesses.

Os educadores na questão da educação popular ocupam uma posição de quem explora os elementos que a prática lhes oferece. É elegem referências que os ajudem a interpretar as necessidades frente às demandas do campo de trabalho. Esses educadores junto aos empreendimentos populares passam por desafios como, por exemplo, as dificuldades que os trabalhadores têm nas suas iniciativas (econômicas e associativas).

Toda educação se passa numa dinâmica de diálogo. E, de acordo com Freire (2000), o diálogo é uma exigência existencial. Por ser um ato que solidariza o refletir dos envolvidos, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito em outro. Boff (1986) cita duas ideias para educação, uma onde prevalece o autoritarismo e outra onde a participação é coletiva. A primeira baseia-se na concepção de o educador transferir seus conhecimentos para

o grupo, que apenas deve escutar e aprender. A segunda ideia de educação é onde o agente e o povo pensam e refletem, coletivamente, os problemas comuns juntos. Neste caso, o papel do agente é incentivar a participação de todos.

O educador, quando trabalha com grupos sociais, diz-se que tem a função de facilitador, termo citado por Boff (1986). Com isso, surge o questionamento: facilitar o quê? O facilitar seria ajudar a descobrir caminhos, pensar em alternativas e revelar significados. Neste caso, sendo o educador um facilitador, o grupo participa. Afinal, não se trata de um condutor, pois na condução o outro é passivo, segue, obedece. Na facilitação o outro participa. Com isso, o maior desafio do educador é equilibrar-se entre conduzir e deixar conduzir-se.

Pode acontecer de o educador propor uma coisa e fazer outra. Como, por exemplo, propor ser um facilitador para o grupo e, no entanto, agir de forma a conduzir seus integrantes, em vez de lhes mostrar o caminho e deixá-los seguir. Com isso, o grupo acaba sendo induzido e não aconselhado. Nesse caso, não participam, e as informações passadas a eles tornam-se depósitos bancários, onde o educador deposita o conhecimento e não há o envolvimento do grupo com o que lhe foi passado.

O participar significa não apenas o envolvimento dos membros na organização do grupo, como também nas opiniões e decisões a serem tomadas. Afinal, qualquer coisa que for feita afetará todas as pessoas que pertencem a esse grupo e, sendo assim, o melhor é que eles mesmos, juntos, decidam que atitude tomar.

## **Participação**

Participação é o ato de participar, que, por sua vez, é comunicar, informar, tomar parte ou intervir por algo. Também implica ter em comum uma determinada qualidade, caráter ou opinião sobre um assunto. De acordo com Castellón e Viachica (2001), participar é se empenhar em todos os estágios da atividade, para que assim seja possível ter acesso ao poder, e a partir de então melhores condições de vida e bem-estar das famílias. Isso quer dizer que, para resolver qualquer problema, a comunidade deve decidir o que fazer.

Os autores ainda citam como exemplo o uso adequado de tecnologias modernas, pois é necessário que se tenha conhecimento para que seja feito o uso correto e racional. Um mau uso pode trazer problemas como custo de produção e recursos naturais, como afetar dras-

ticamente o meio ambiente. Com isso, surge a Investigação Participativa, uma forma adequada para determinar com precisão as necessidades reais dos pequenos produtores rurais. Essa investigação promove a participação dos agricultores orientados para o desenvolvimento humano e melhor aprendizagem baseada na comunidade. Essa metodologia proporciona um ambiente participativo e democrático, onde ambos os sexos e grupo com diferentes interesses podem interagir e tomar decisões que tragam um benefício justo.

Thornton e Cimadevilla (2010) citam, no livro *Usos e abusos do participar*, dois enfoques da comunicação participativa. Um deles é a pedagogia de Paulo Freire, outro são questões debatidas pela UNESCO. O primeiro enfoque trabalha com uma dupla estratégia. Uma, onde os povos subjugados devem ser tratados como sujeitos plenamente humanos, deve-se ter respeito pela personalidade autônoma de cada ser humano. Outra argumenta que a raça humana tem um destino além da satisfação das necessidades materiais. E Freire salienta que oportunidades individuais não são soluções para a pobreza generalizada.

O segundo enfoque trabalha com três tipos de participação: acesso, participação e autogestão, definidos pela UNESCO como:

- *Acesso*: refere-se ao uso do meio em favor do serviço público. Oportunidades disponíveis para o público escolher ou para transmitir suas reações e exigências.

- *Participação*: maior nível de envolvimento do público. Participação no processo de produção e planejamento. Participação e consulta na tomada de decisões.

- *Autogestão*: é a forma mais avançada de participação. O público exerce o poder de decisão e está plenamente envolvido no processo de formulação de política e comunicação.

Por outro lado, aprofundando nas teorias em relação à participação, Pretty *et al.* (1997) as desdobram em sete modelos, cada um com seu determinado objetivo. São eles:

(1) *Participação passiva*: as pessoas apenas têm participação representativa. Participam através do que lhes informam. As informações compartilhadas pertencem somente a profissionais externos.

(2) *Participação para dar informação*: as pessoas participam respondendo questionários apresentados por pesquisadores. No entanto, não influenciam nos resultados, uma vez que estes não são compartilhados nem se verifica sua precisão.

(3) *Participação consultiva*: as pessoas participam sendo consultadas, enquanto as pessoas de fora ouvem suas opiniões. Estes profissionais externos definem os problemas e soluções.

(4) *Participação de incentivos materiais*: os participantes proporcionam trabalho em suas terras ou fazendas, em troca de dinheiro ou materiais. No entanto, não participam do processo de ensino e aprendizagem. Esta é uma das formas mais comuns de participação.

(5) *Participação funcional*: as pessoas participam formando grupos para atender objetivos predeterminados relacionados aos projetos. Este envolvimento tende a ser realizado na fase inicial dos ciclos de projetos ou na fase de planejamento, depois de terem sido tomadas as decisões mais importantes. Também tendem a ser dependentes de facilitadores estrangeiros, mas podem se tornar autogestionárias.

(6) *Participação interativa*: as pessoas participam de forma conjunta. Levam planos de ação à formação de novas organizações ou para o fortalecimento das já existentes. Envolve metodologias interdisciplinares, que buscam múltiplas perspectivas. Estes grupos tomam decisões locais para aqueles que têm interesse em manter as estruturas ou práticas do que lhes foi ensinado.

(7) *Participação por autogestão*: as pessoas participam tomando iniciativas próprias, independentes de instituições estrangeiras, a fim de mudar o sistema. Fazem contato com outras instâncias para os recursos e assessoria técnica de que necessitam. Mas elas mantêm o controle sobre como os recursos serão utilizados. Esta mobilização é iniciada por elas mesmas (ação coletiva) e pode ou não desafiar a injusta distribuição de riqueza e poder.

E, segundo os autores, se o objetivo é o desenvolvimento sustentável, então a participação funcional é necessária. Neste caso, surge um problema, pois as autoridades precisam de apoio e aprovação, no entanto, temem que a participação possa atrasar o planejamento e a execução. Sendo assim, são somente permitidas formas de participação controladas e, com isso, os resultados são desconfiança e alienação.

Pretty *et al.* (1997) citam que, no desenvolvimento rural, a participação é focada para que as pessoas vendam seu trabalho em troca de dinheiro, alimento e materiais. Checa (1991) afirma que participar significa tomar parte nas decisões, nas responsabilidades, no trabalho através do diálogo e da organização. Participar é conhecer, aceitar e compartilhar, trabalhar e dar soluções.

Baseado no modelo de democracia participativa proposto por Pateman (1992), Teorell (2006) define participação como envolvimento direto e imediato no processo de decisão realizado pelos indivíduos concernidos (Sampaio, 2008). A participação nesse modelo democrático tem como principal consequência o autodesenvolvimento de seus participantes, ou ainda, uma melhoria das qualidades pessoais e sociais dos cidadãos. Geralmente essas melhorias são classificadas como “educativas”, conforme sugerido por Pateman: “A principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa”. Outros teóricos, analisando o viés da democracia participativa, afirmam que a participação – além de educativa – é legitimadora, protetora da liberdade, integrante e produz melhores resultados políticos.

Não é possível saber como será a ordem de convivência democrática e de produtividade sem a participação ativa de toda a sociedade. Uma sociedade é democrática e produtiva quando todos os que dela participam podem fazer competir organizadamente seus interesses e projetos. A participação é uma aprendizagem; se conseguirmos nos entender, decidir e agir por um objetivo, conseguiremos encontrar soluções para novos problemas (Toro e Werneck, 2004). De acordo com Thornton e Cimadevilla (2010), a participação, que exige escuta e confiança, ajuda a reduzir a distância social entre comunicadores e receptores.

Sendo assim, a falsa participação faz com que não ocorram laços de confiança entre os integrantes do grupo e nem com o chamado agente facilitador. Afinal, não há uma teia de fluxo de opiniões, apenas um único fluxo, causando uma distância entre o grupo e o agente e tornando-o mais um manipulador do que facilitador. A forma como se comunica com os participantes é o que determina se certa pessoa está sendo um manipulador ou um verdadeiro facilitador para o grupo. A manipulação é centrada na pessoa que coordena, ela comanda e muito pouco aprende. Por outro lado, a facilitação é centrada nos participantes; a pessoa que coordena ajuda-os a aprender e aprende junto com eles. Quando o foco é o participante, são estimuladas a criatividade e a reflexão (Pretty *et al.*, 1997).

## Método de pesquisa

O método utilizado neste trabalho foi a pesquisa exploratória, que, conforme Gonçalves e Meirelles (2004), pode ser entendida como um

processo investigativo que leva ao diagnóstico do problema relevante, que é a causa dos sintomas já presenciados.

Imersos nessa lógica, tomou-se como base de estudo o Projeto Esperança/Cooesperança, mais especificamente o Feirão Colonial, que é realizado todos os sábados na cidade de Santa Maria (RS) e disponibiliza mais de 40 espaços para comercialização de diversos produtos. Ressalta-se que o foco deste estudo foi o setor de hortifrutigranjeiros, que é composto por 15 bancas, sendo que cada banca possui um representante e abrange em média cinco famílias.

O processo de coleta de dados foi dividido em três momentos. O primeiro se deu a partir da aplicação de questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas, a cada um dos 15 representantes do setor de hortifrutigranjeiros. Esta coleta inicial teve o objetivo de levantar informações para que fosse possível caracterizar os produtores participantes, entender inicialmente o funcionamento e o processo de participação no feirão.

A caracterização envolveu a coleta de informações sobre a localidade da propriedade, tamanho da área, produtos produzidos, forma de comercialização, dentre outras. A ideia básica sobre o funcionamento e a participação se deu a partir de informações sobre a estrutura organizacional da feira, critérios para ingresso no grupo, taxas de manutenção, distribuição de responsabilidades e tomadas de decisões.

O segundo momento da coleta de dados envolveu a realização de entrevistas em profundidade com os agricultores participantes do Feirão Colonial, para que fosse possível alcançar o objetivo de conhecer como se dá o processo de participação e educação popular no Projeto, bem como a verificação de qual o modelo de participação, a partir da proposta de Pretty *et al.* (1997), é predominante.

O roteiro de entrevistas foi estruturado a partir dos modelos de participação propostos por Pretty *et al.* (1997), de elementos que buscaram caracterizar as iniciativas adotadas de educação para emancipação e para a participação, características do líder/educador, bem como de questões complementares que foram inseridas em função das informações iniciais levantadas no primeiro momento da pesquisa. As perguntas buscaram informações mais aprofundadas desde o nível de conhecimento de cada um sobre os demais membros até a determinação de objetivos e funcionamento do processo decisório no Projeto. Ressalta-se que os informantes tinham a liberdade de dis-

correr sobre os temas propostos, bem como os entrevistadores refaziam questões e inseriam novos elementos quando os entrevistados se desviavam do tema ou emergiam novas informações de interesse da pesquisa.

No terceiro momento, foi realizada observação de uma reunião da coordenação do Projeto com os participantes. Ressalta-se que nesta reunião estavam presentes grupos de todos os segmentos do Projeto Esperança/Cooesperança (e não somente do setor de hortifrutigranjeiros). Nesta reunião, pôde-se entender melhor o processo de participação, bem como algumas ações e o perfil do líder. A reunião teve duração de 2,5 horas. Cabe salientar que a coordenação fica a cargo de uma ONG e tem uma pessoa como principal figura de liderança e facilitadora das ações do Projeto,

Finalmente, foi possível proceder à análise dos resultados que contemplaram a adoção de algumas técnicas de classificação, categorização e, principalmente, a técnica qualitativa de análise de conteúdo. Nas análises, buscou-se compreender e sistematizar as ações e opiniões dos agricultores pesquisados.

## Resultados

### *Caracterização dos produtores rurais*

A maioria dos produtores rurais (60%) possui sua propriedade rural localizada na cidade de Santa Maria (RS). Dos 40% restantes, 20% localizam-se em Silveira Martins e os outros 20% dividem-se nos municípios de Dona Francisca, Pinhal Grande e Itaara.

Referente à situação de posse da terra, percebe-se que 80% (12) são proprietários e que 20% (3) não são proprietários, sendo que destes um produtor não paga nenhum valor pela propriedade e os outros dois pagam um aluguel mensal de R\$ 500,00 por hectare.

Percebeu-se, também, que o tamanho médio das propriedades é de 16 hectares. É importante ressaltar que 53% dos produtores possuem áreas menores que 8 hectares e que 47% dos produtores possuem uma área acima de 25 hectares, chegando a 50 hectares. Percebe-se, com isso, uma grande variabilidade em relação ao tamanho das propriedades participantes do Projeto Esperança/Cooesperança, pois, enquanto um agricultor possui 1 hectare, o outro possui 50 hectares.

Em relação à área agricultável, verificou-se que os agricultores utilizam em média a metade da área da propriedade. Dos 15 agri-

cultores, 67% possuem uma área de produção menor que 7 hectares, e 33% produzem em uma área acima de 10 hectares.

As principais culturas das propriedades são mandioca, leite, batata doce, laranja, feijão, milho, alface, frutas, floricultura, massas, soja e arroz. Vale lembrar que os dois produtores que possuem maior área são os que produzem soja e arroz. Destaca-se, também, que 20% dos produtores têm como atividade principal a produção de alface.

O Projeto Esperança/Cooesperança preza pela diversificação da produção, no entanto, percebeu-se concentração produtiva em 33,33% dos produtores (3), que obtêm no mínimo 80% da renda de um único produto. Desses produtores, dois (13,33%) não possuem atividades secundárias, caracterizando-se como monocultura. Um desses produtores trabalha exclusivamente com o cultivo de mudas de flor e o outro com mudas de laranja. Essa é uma questão importante, pois tais produtores não têm nenhuma outra fonte produtiva. A diversificação das culturas é apontada como a maneira mais segura de garantir várias fontes de renda durante o ano agrícola, evitando o risco da perda total da produção por condições adversas. Ressalta-se que o Projeto Esperança/Cooesperança também trabalha no sentido de incentivar a diversificação da matriz produtiva dos seus associados.

Os 12 produtores (86,66%) que diversificam a produção apontaram como atividades secundárias a produção de batata, milho, feijão, cenoura, beterraba, mandioca, ovos, leite, queijo, nata, requeijão, pipoca, cebola, frutas cítricas, fumo, verduras, temperos, morango, arroz, criação de frangos, piscicultura, apicultura, vitivinicultura, bovinocultura, panificação, costura e tear. Salienta-se que os agricultores têm uma média de cinco atividades secundárias na produção, existindo, mesmo assim, produtores com índices maiores de diversificação, chegando a 12 atividades secundárias. Tais atividades representam, em média, 40% da renda agropecuária anual da família.

É visível, também, a importância do Projeto Esperança/Cooesperança para a manutenção das famílias, pois este viabiliza a comercialização direta dos produtos, por meio das feiras e dos terminais de comércio, sendo que 60% dos agricultores familiares associados comercializam no mínimo 75% da sua produção via Projeto. Destes, 75% comercializam 100% da sua produção por meio do Projeto Esperança/Cooesperança, sendo a média de 70% de escoamento da produção via Projeto. Somando-se

a isso, destaca-se que 13,33% dos produtores precisam adquirir em torno de 40% a mais de produtos para a comercialização, o que sinaliza que o Projeto também está gerando oportunidades para produtores parceiros de associados. Os demais produtores (86,66%) têm a produção própria suficiente para a comercialização nas feiras e terminais de comércio. Isto indica a grande influência do Projeto na comercialização dos produtos dos agricultores.

Outro ponto perceptível é a fidelização dos agricultores com o Projeto; mais de 73% participam da Cooperativa há mais de dez anos e 27% participam há menos de oito anos, representando uma média de dez anos e meio de participação no Projeto.

### *A participação no Feirão Colonial do Projeto Esperança/Coesperança*

Durante as entrevistas com os agricultores participantes do Feirão Colonial do Projeto Esperança/Coesperança, foram levantadas uma série de questões relacionadas à percepção deles sobre o processo de participação no grupo. Os principais elementos que auxiliam no alcance do objetivo proposto serão apresentados a seguir.

Dos quatro entrevistados, três confirmaram conhecer bem o grupo e seus participantes. O outro pesquisado mencionou que conhece alguns colegas e que, pelo fato de parte dos feirantes serem de municípios diferentes, o contato fica limitado aos sábados de manhã, que é quando ocorre o feirão, e em função de estarem envolvidos com as vendas fica difícil de parar para conversar. Em relação aos objetivos e problemas do grupo, houve diversidade nas respostas. Um dos participantes afirmou não saber bem quais são, no entanto citou que, para ele, um problema seria alguns participantes não respeitarem os outros produtores, pois, em vez de produzirem, compram seus produtos e apenas revendem, e isso afeta sua comercialização. Outro entrevistado afirmou que alguns problemas são o acesso aos recursos públicos, financiamento para as atividades e dificuldade de orientação. Esse mesmo entrevistado informou que os objetivos almejados pelo grupo seriam: perspectiva de crescimento, aumento da renda e melhoria da qualidade de vida e fortalecer a relação entre produtor e cliente.

Uma das entrevistadas afirmou que um problema é o pessoal não participar, que do grupo dela se ela não vai às reuniões ninguém vai. "As

pessoas só enxergam o grupo como comércio" e "as reuniões são muito cedo e isto prejudica as vendas, pois o movimento maior é de manhãzinha". Uma das produtoras afirmou que, como objetivos, eles procuram "oferecer produtos orgânicos, preços menores que o mercado e promover a integração dos grupos familiares".

Ao serem questionados sobre quais as vantagens de serem membros do grupo, no geral citaram a relação de amizade entre produtor e cliente, compromisso, parceria e confiança, e também uma garantia de venda; "a gente sabe que vindo aqui vai vender". Um dos entrevistados comentou que a vantagem de estar ali é a abertura para o mercado, pois dá visibilidade para diferentes tipos de público. Outro participante afirmou como vantagem o trabalho cooperado: há oportunidade para todos, inclusão e não há disputa dentro do grupo. Este pesquisado destacou que já participou de outras feiras onde a existência de rivalidade entre os feirantes tornava o clima de trabalho negativo. Ele citou o exemplo de que, no Feirão Colonial, se algum colega, por motivos diversos, fica sem algum tipo de produto, um fornece para o outro para que todos possam atender seus clientes. O fato de mencionar que "tem espaço para todos" sinaliza a existência de solidariedade, que talvez não seja característica comum de outros tipos de feiras. Outro pesquisado citou que uma vantagem de estar ali é a obtenção de conhecimento, diálogo com as pessoas e cursos que fazem, por exemplo, sobre práticas produtivas.

Quando questionados sobre como se dá a determinação dos objetivos e/ou ações do Projeto, ou seja, como funciona o processo decisório, todos afirmaram que existem reuniões e assembleias. Uma das entrevistadas afirmou que nessas reuniões muitas vezes os interesses não são comuns (difusos), o que gera falta de consenso. Um dos produtores afirmou que decidem bastante sobre o feirão colonial, a rotina da feira, e, por outro lado, outro produtor comentou que algumas coisas são impostas, "tem que ser feito como é dito". Informaram também que o feirão é dividido em comissões, que tratam de assuntos específicos assim como acompanham o cumprimento do que foi deliberado. Tudo que chega aos produtores passa pela comissão. A comissão propõe e algumas decisões são definidas em assembleia por votação. Vale ressaltar que o Projeto está vinculado à diocese e que, segundo um entrevistado, devido a isso, algumas coisas têm que ser seguidas. Uma entrevistada comentou que tudo é decidido nas

reuniões com os coordenadores de cada setor, com as comissões. A coordenação procura sempre melhorar, sempre procura projetos. “Ninguém passa por cima dela” e “a coordenação não bate de frente com ninguém”, “procura fazer o melhor sempre para o grupo”.

Todos afirmaram que têm liberdade para se expressar; no entanto, há algumas controvérsias. Um deles afirmou que podem se manifestar sem problemas, porém a dificuldade está na aceitação das ideias. Outro afirmou que a opinião de todos é válida. “Todos dão palpite, mas a maioria é que decide”. Dois deles afirmaram que a coordenação do Projeto cobra a participação de todos; no entanto, um deles comentou que alguns não têm interesse em participar: “muitos vem aqui só para vender, não querem se envolver com nada”. Percebeu-se que os participantes têm muito respeito e admiração pela coordenação do Projeto e, em função disso, foi comentado que a palavra final sempre é da coordenação. Entretanto, os produtores destacaram que algumas decisões/orientações da coordenação já foram alteradas em função de opiniões dos produtores. As contestações podem ser feitas em reuniões, que, segundo eles, acontecem com certa frequência: “Todo sábado tem alguma coisa”. A coordenação propõe reuniões seguidamente, mas eles têm uma reunião extraordinária que é anual, e uma do colegiado, que é mensal. Como o grupo é dividido em comissões, pedem reuniões quando necessário, e, segundo um dos entrevistados, mesmo quem não faz parte das comissões pode participar das reuniões; isso mostra a abertura para participação dos feirantes nos assuntos da feira. Um problema destacado por um produtor foi o fato de as reuniões acontecerem no sábado, normalmente às 8h, o que dificulta a participação de todos em função do movimento no feirão.

Foi afirmado, então, que existem reuniões, debates e que a coordenação incentiva a participação de todos, mas que a palavra final é da coordenação. A partir disso, surge a necessidade de se entender quais decisões são tomadas em conjunto e quais são centralizadas. De acordo com os entrevistados, em conjunto eles decidem a organização e os espaços da feira, tipo de produção (agroecológica), necessidade de qualificação, definições de possíveis técnicas de atendimento, requisitos de qualidade, preços, estacionamento, definições de horários, cursos de qualificação, construção de pavilhões. Um dos produtores disse acreditar que, caso a coordenação tenha algum projeto para ser feito,

eles podem barrar a iniciativa caso forem contrários. E outro deles comentou que, quando há eventos maiores (Feira do Cooperativismo, por exemplo), os produtores montam subcomissões para dividirem as tarefas.

Em relação às decisões centralizadas, um dos produtores afirmou que são decisões que dizem respeito a investimentos que o projeto recebe, como, por exemplo, que valores serão aplicados em tais investimentos. Também são decisões que não envolvem diretamente os participantes a compra e venda de materiais de uso coletivo (mesa, *banner*, *freezer*, geladeira). Um dos entrevistados afirmou que, pelo Projeto ser vinculado à diocese, este também deve obedecer às normas propostas por ela. O entrevistado destacou que a coordenação respeita e escuta, mas sua palavra é a final. E fez uma analogia dizendo que “a coordenadora é como uma abelha rainha”. Uma entrevistada afirmou que uma das decisões centralizadas na coordenação se refere ao ingresso de novos participantes no Projeto.

No final das entrevistas, foi solicitado que informassem as vantagens e desvantagens, da forma de participação no Projeto. Como vantagens citaram a democracia, a liberdade para expressar as ideias, a oportunidade para comercializar a produção e recompensa (por exemplo, adubo) para quem participa dos cursos, como, por exemplo, de práticas produtivas, fornecidos pelos parceiros. A qualidade do ponto também foi destacada como sendo uma grande vantagem, pois os produtores têm um local fechado, coberto e com bancadas. Isto possibilita melhorias consideráveis no bem-estar dos feirantes e reduz o tempo para preparação da feira: “É só chegar e colocar os produtos no balcão”.

Nas desvantagens, percebeu-se diversificação nas respostas. Um dos produtores citou que o presidente da cooperativa (Coesperança) está muito ausente; querem alguém mais próximo. No entanto, isso surge como uma dificuldade, pois não conseguem uma pessoa com disponibilidade, e como ele mesmo afirma: “Graças a Deus que a coordenação toma iniciativa”. Outro ponto fraco seria a falta de participação de alguns integrantes, que não têm interesse, e também a falta de pensamento unificado. Um dos produtores afirmou que há falta de apoio ao pequeno produtor, principalmente apoio técnico. E uma entrevistada completa dizendo que também “poderiam existir compras em conjunto e [que] a taxa de 8% sobre o valor bruto das vendas é alto”.

Com base nas entrevistas feitas aos participantes do Projeto e a partir da classificação de Pretty *et al.* (1997), percebe-se que, no Projeto Esperança/Coesperança, a metodologia de participação predominante é do tipo funcional, embora contenha características de outros tipos de participação. Ou seja, as pessoas participam formando grupos para atender objetivos predeterminados. O envolvimento dos participantes ocorre depois de terem sido tomadas as decisões mais importantes; no entanto, pode tornar-se do tipo participação por autogestão.

Chega-se a essa conclusão analisando as respostas dos entrevistados sobre como se determinam os objetivos e/ou ações do Projeto, na questão de liberdade de expressão, as decisões em conjunto e as centralizadas.

Nota-se que o grupo tem liberdade para opinar, expressar suas ideias; no entanto, nem sempre são atendidos. Por exemplo, contesta um dos entrevistados: “Tem liberdade de expressão total, podem se manifestar sem problemas. Porém, a dificuldade está na aceitação das ideias”. Ou seja, por vezes, as decisões provenientes da coordenação são impostas. Os agricultores dão suas opiniões, mas quando a decisão já está tomada, eles têm que fazer o que está determinado, como citou outro entrevistado. E isso é um dos pontos que caracteriza o modelo de participação funcional. Por outro lado, vale lembrar que um entrevistado mencionou que o grupo já alterou opiniões da coordenação.

Ainda em relação às decisões, nem todas envolvem os participantes. Eles decidem diretamente sobre a operacionalização do Feirão Colonial, como: definição de espaços, acompanhamento de preços, limpeza, estacionamento, além de normas gerais sobre a conduta dos participantes. No entanto, quando diz respeito a projetos e investimentos, a participação dos feirantes decresce, e a decisão fica mais centralizada. Ou seja, o que deve ser feito é decidido e submetido à apreciação e aprovação dos participantes; assim, os objetivos são traçados. A partir disso, a coordenação fica responsável pela parte técnica, elaboração de projeto e levantamento de recursos. E a execução do Projeto conta com maior participação dos produtores. Estes também são elementos que caracterizam o modelo de participação funcional.

Percebeu-se, também, que em determinados momentos a participação é passiva e também consultiva, na medida em que algumas vezes “tem que ser feito como é dito”, como é o caso do recolhimento dos 8% das vendas bru-

tas, e outras vezes “a coordenação sempre nos consulta, mas a palavra dela é a final”, conforme afirmaram alguns entrevistados. Por outro lado, verificou-se também, na opinião dos pesquisados, empenho por parte da coordenação para que todos participem mais; no entanto, “tem pessoas que só querem chegar, expor o produto e vender”.

Mesmo com o fato de existirem características de outros modelos de participação, percebe-se predominância da participação funcional. Pretty *et al.* (1997) afirmam que na participação funcional o grupo tende a depender de facilitadores, mas que pode chegar a ser autogerido. Ao longo das entrevistas, percebeu-se que, mesmo existindo participação, o grupo não tende à autogestão. Dois são os principais motivos. O primeiro pela própria história do Projeto, que já nasce por meio da intervenção externa. O segundo é que os participantes demonstram total confiança, admiração e respeito pela coordenação e que, na sua ausência, teriam muita dificuldade de assumir integralmente as atividades administrativas do Projeto, principalmente pelo fato de que isto inviabilizaria a maioria de produzir, como disse um pesquisado: “Se eu tiver que ficar aqui resolvendo tudo, quem que vai cuidar das plantas?”.

Com isso, percebe-se que o Projeto está coerente com o que pregam Pretty *et al.* (1997): “Se o objetivo é o desenvolvimento sustentável, então a participação funcional é necessária”. O caso do Projeto Esperança/Coesperança não é de autogestão dos participantes; afinal, como já dito, desde o começo até hoje sofre influências externas. No entanto, não se pode dizer que não há participação dos envolvidos, pois muito do que precisa ser feito no Projeto é consultado aos feirantes. Ou seja, como foi mencionado por um entrevistado, em todo grupo bem coordenado é necessário alguém que seja a “abelha rainha”, e este grupo não é diferente. Por mais que todos estejam envolvidos, necessitam de alguém que possa sair do ambiente de trabalho dos agricultores, que possa representá-los, para que, assim, eles tenham mais oportunidades e o Projeto continue.

### ***A Educação Popular no Feirão Colonial do Projeto Esperança/Coesperança***

O Projeto Esperança/Coesperança segue o modelo da Educação Popular, uma vez que sua pedagogia é de incentivo e preparação para a

participação na busca por transformações sociais. O Projeto oportunizou condição de sustento e melhoria social para as famílias participantes, uma vez que em média 70% da produção das famílias são comercializados via Projeto. Os agricultores também fornecem alimentos para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) do governo federal, o que também é uma ação do Projeto. Segundo a coordenação do Projeto, “é visível a melhoria nas condições de vida dos participantes, a casa melhorou, a educação melhorou”. Vale destacar que 100% dos agricultores são alfabetizados e que 100% dos filhos destes em idade escolar frequentam a escola.

De acordo com Freire (2000), a Educação Popular é a capacidade que a comunidade tem de se organizar. E, no caso do Projeto, os seus integrantes são, pela coordenação, organizados, mas também se organizam no intuito de atender objetivos definidos coletivamente. Sabe-se que este é um processo lento e gradual; no entanto, percebeu-se que alguns agricultores se preocupam com a participação e manifestam inquietação com a falta de participação de alguns colegas. Acredita-se que o Projeto tem papel relevante na emancipação dos agricultores que se colocam como atores no processo de organização de seus grupos e junto aos interesses do coletivo. As constantes reuniões semanais e palestras auxiliam nesta emancipação e aos poucos vão envolvendo um maior número de pessoas.

O objetivo da Educação Popular, como já dito, é fazer com que os grupos deixem de ser manipulados pela elite social. Com isso, cabe aos educadores ajudarem a interpretar a realidade e a oferta apresentada a eles. E, neste sentido, o Projeto está enquadrado, uma vez que, segundo os entrevistados, eles buscam por transformações sociais das famílias participantes, ou seja, por um crescimento tanto no âmbito social como no econômico. Ressalta-se o reconhecimento dos participantes ao papel do líder, neste caso a coordenação do Projeto. Ficaram evidentes as manifestações de confiança, respeito e reconhecimento pelo trabalho desempenhado pela coordenação na busca de oportunidades e melhorias no Projeto.

Como dito, o educador, na Educação Popular, tem a função de facilitador, ou seja, de ajudar o grupo, mostrar caminhos e alternativas, sem induzi-los. Nas palavras de Boff (1986), existem duas ideias para educação: uma onde prevalece o autoritarismo, e outra onde a participação é coletiva. No caso do Projeto, verificaram-se situações destas duas realidades. Há

momentos em que o educador tende a ser mais condutor, pelo fato de muitas vezes a participação dos membros ser um tanto quanto limitada. Ou seja, embora possam participar e opinar, muitos não o fazem, e por vezes algumas decisões são centralizadas na coordenação.

Por outro lado, percebeu-se que não faltam espaços (reuniões semanais) para que a coordenação e os participantes possam pensar e refletir, coletivamente, os problemas comuns. Relacionando esta questão com os tipos de liderança, percebe-se que o tipo participativo é predominante, pois, segundo Rocha e Padilha (2004), este acontece quando há um diálogo entre o líder e os liderados, onde as opiniões são ouvidas, mas quem decide é o líder.

Sabe-se que a forma de comunicação com os participantes é determinante para a caracterização do líder como facilitador ou condutor; dessa forma, observaram-se limitações no processo de comunicação no Projeto, uma vez que, mesmo com a recorrência de reuniões, muitos têm dificuldade de participar em função do horário destas e a postura incisiva e convicta da coordenação pode causar intimidação e/ou acomodação dos participantes, principalmente daqueles que se encontram mais afastados do processo decisório.

## Considerações finais

A partir das análises realizadas, percebeu-se que a metodologia predominante de participação é a funcional, conforme o modelo de Pretty *et al.* (1997). Isto se deve ao fato de que algumas decisões e objetivos são definidos centralmente, e a partir disso o grupo se organiza para alcançá-los. Exemplo disso é a elaboração de projetos para captação de recursos, que são realizados e gerenciados pela coordenação. Isto não quer dizer que os agricultores não participem da definição do objetivo do projeto, mas percebeu-se que essa participação é consultiva. Por outro lado, os agricultores demonstram gratidão pelo empenho da coordenação na execução desse tipo de atividade, pois, caso contrário, eles teriam muita dificuldade.

A maioria das respostas dos entrevistados são características da metodologia participativa apontada. Embora todos tenham liberdade para manifestar suas opiniões, verificou-se que por vezes existe dificuldade na aceitação de suas ideias. As decisões que estão mais presentes no dia a dia dos agricultores dizem respeito ao posicionamento e espaços dos balcões no Feirão, estacionamento, preços, limpeza e normas gerais.

Com isso, observa-se que a participação dos produtores do Projeto é um tanto quanto limitada e não ocorre desde o planejamento até a execução. É mais intensa apenas na execução. Logo, não pode ser caracterizada como autogestionária e não tem direcionamento para tal, até mesmo pela falta de interesse dos agricultores de avançar nesse sentido. É importante lembrar que o Projeto nasceu por meio de intervenção externa e continua sob essa tutela.

Embora o grupo apresente características de outros modelos participativos, como passivo e consultivo, há a predominância do modelo de participação funcional. Sendo assim, já que nessa metodologia eles são coordenados por alguém, de acordo com a questão da Educação Popular, o educador no projeto tende a ser do tipo mais condutor, pois, mesmo existindo espaços para que participantes e coordenação possam interagir e refletir coletivamente, algumas decisões são centralizadas.

Sabe-se que a Educação Popular busca incentivar a participação e transformações sociais; assim, percebeu-se que o Projeto avança nesse sentido. O Projeto como um todo engloba cerca de 5 mil famílias, e se em todas as suas ações ele tiver a importância que tem para os agricultores participantes do Feirão Colonial, acredita-se que seja justificável a intervenção do Estado, o que não quer dizer que o Projeto Esperança/Cooesperança não tenha limitações no processo de participação e educação popular.

## Referências

- BEZERRA, A. 2006. Educação Popular e Economia dos Setores Populares: preocupações e indagações. In: G. KRAYCHETE; K. AGUIAR (orgs.), *Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação*. São Leopoldo, Editora Oikos.
- BOFF, C. 1986. *Como trabalhar com o povo*. 6ª ed., Petrópolis, Vozes, 118 p.
- CASTELLÓN, E.P.; VIACHICA, E.V. 2001. Es posible una genuina participación y empoderamiento de pequeños productores agropecuarios? *Revista La Calera*, 1(1):53-56.
- CHECA, G.P. 1991. *Los padres en la comunidad educativa. Volumen 2 de Biblioteca de Centro*. Madrid, Editorial Castalia, 103 p.
- COOESPERANÇA. 2011. Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Vinculados ao Projeto Esperança. Disponível em: <http://www.esperancacooesperanca.org.br/>. Acesso em: 09/2011.
- FREIRE, P. 2000. *Pedagogia da esperança*. 7ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 127 p.
- GAIGER, L.I. 2006. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. *Sociedade e Estado*, 21(2):513-545.
- GONÇALVES, C.A; MEIRELLES, A.M. 2004. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo, Atlas, 104 p.
- ICAZA, A.M.S.; TIRIBA, L. 2003. Economia Popular. In: A.D. CATTANI (org.), *A Outra Economia*. Porto Alegre, Veraz, p. 101-108.
- LEITE, M. de P. 2009. A Economia Solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69):1-22.
- MANCE, E.A. 2000. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, Vozes, 220 p.
- MELO NETO, J.F. de. 2006. Educação Popular em Economia Solidária. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação, XIX, Caxambu, 2006. *Anais...* Caxambu, p. 1-14.
- PATEMAN, C. 1992. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PRETTY, J.N; GUIJT, I.; SCOONES, I.; THOMPSON, J. 1997. *Guía del capacitador para el aprendizaje y Acción Participativa*. Santa Cruz, Ed. DPID, Universidad Núr, 255 p.
- RAZETO, L. 1993. Economia de Solidariedade e organização popular. In: M. GADOTTI; F. GUTIERREZ, *Educação comunitária e Economia Popular*. São Paulo, Cortez, p. 34-58.
- ROCHA, F.E. de C.; PADILHA, G. de C. 2004. *Agricultura familiar: dinâmica de grupo aplicada às organizações de produtores rurais*. Planaltina, Embrapa, 170 p.
- SAMPAIO, R.C. 2008. Diferentes tipos de participação alguns impactos da introdução da internet no Orçamento Participativo de Belo Horizonte. In: Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de Minas Gerais ECOMIG, I, Belo Horizonte, 2008. *Anais...* Belo Horizonte, PUC-Minas, p. 1-17.
- SILVA, L.M. 2007. *Economia Popular Solidária: os processos formativos populares e a construção de uma nova cultura do trabalho*. Belo Horizonte, MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 177 p.
- TEORELL, J. 2006. Political Participation and three theories of democracy: a research inventory and agenda. *European Journal of Political Research*, 45:787-810.
- THORNTON, R.D.; CIMADEVILLA, G. 2010. *Usos y abusos del participare*. 1ª ed., Buenos Aires, Ediciones INTA, 340 p.
- TIRIBA, L. 2007. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. *Cadernos do CEDES*, 27(71):85-98. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622007000100006>
- TIRIBA, L. 2004. Ciência econômica e saber popular: reivindicar o "popular" na economia e na educação. In: L. TIRIBA; I. PICANÇO (orgs.), *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida, Ideias e Letras, p. 1-17.
- TORO, J.B.A.; WERNECK, N.M.D. 2004. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. São Paulo, Autêntica Editora, 112 p.

Submetido: 12/03/2013

Aceito: 15/10/2013